

## RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E O MERCOSUL.

**Aline Ariane dos Santos <sup>1</sup> Friedhilde M. K. Manolescu <sup>2</sup>**

1, 2 – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCA – Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos – SP.

e-mail: [aline.ariane@br.abnamro.com](mailto:aline.ariane@br.abnamro.com); e-mail: [frida@univap.br](mailto:frida@univap.br)

**Palavras-chave:** Mercosul, Comércio

**Área de Conhecimento:** VI – Ciências Sociais Aplicadas

**Resumo:** O Mercosul é um passo histórico no processo de integração competitiva dos países da América Latina na economia mundial. Observe-se, todavia, que o Mercosul não se esgota num projeto econômico, pois é concebido tendo em vista a necessidade de uma "maior justiça social", procurando "o mais eficaz aproveitamento dos recursos disponíveis", a preservação do meio-ambiente" e "o melhoramento das inter-conexões físicas. O potencial de crescimento do comércio entre os países-membros do Mercosul é amplo, não apenas na área tradicional do intercâmbio de produtos, mas, inclusive, na área de serviços, tecnologia, investimentos, recursos humanos e também na de tecnologia de ponta. Mesmo sendo baixo o desenvolvimento tecnológico dos países do Mercosul, existe amplo campo para o progresso nesse setor. A integração é o caminho para enfrentar, unidos, os aspectos negativos e positivos da globalização. E contribuir, também, para a construção de um mundo mais equilibrado em que as relações internacionais não se realizem apenas estes países isolados nas quais prevalece sempre a razão do mais forte, mas entre blocos representativos de regiões vizinhas. Este trabalho tem como objetivo, analisar as exportações e importações nos países membros do Mercosul.

### 1 INTRODUÇÃO

O Mercosul é um passo histórico no processo de integração competitiva dos países da América Latina na economia mundial. A integração da América Latina, é hoje, um imperativo histórico, pois diante do quadro da globalização, as nações da América Latina não podem continuar isoladas, fragmentadas ou em atitude de confrontação.

Em 6 de julho de 1990, com as mudanças introduzidas nos programas econômicos dos governos, brasileiro e argentino, e a adoção de novos critérios de modernização e de competitividade, os presidentes Collor e Menem, firmaram a "Ata de Buenos Aires". Em agosto do mesmo ano, Paraguai e Uruguai juntaram-se ao processo em curso, o que resultou na assinatura, em 26 de março de 1991, do Tratado de Assunção, para a constituição do Mercado Comum do Sul (FILGUEIRAS, 1990).

O tratado de Assunção, que define as bases para a criação do Mercado Comum, foi aditado por Protocolos Adicionais, dentre os quais se destacam o Protocolo de Brasília, para a solução de controvérsias no Mercosul, de 17 de dezembro de 1991, e o Protocolo de Ouro Preto sobre aspectos institucionais, de 17 de dezembro de 1995. O protocolo de Ouro Preto, assinado pelos presidentes, Itamar Franco (Brasil), Menem (Argentina), Wasmosy (Paraguai), e Latalle do Uruguai, estabeleceu a nova estrutura institucional do Mercosul, destinada a vigorar durante o período de consolidação da União Aduaneira (FILGUEIRAS, 1990).

O Mercosul comporta tanto elementos de continuidade como de mudança em relação aos esforços integracionistas até hoje empreendidos no Continente. No plano regional procura-se das segmento ao trabalho da ALALC (1960) e da ALADI (1980), e, no plano bilateral, busca aprofundar os princípios acordados entre Brasil e Argentina na Declaração de Integração e

Cooperação Econômica, Cooperação e Desenvolvimento. Resulta do novo modelo de desenvolvimento adotado pelos países que o integram, o qual se caracteriza pelo incentivo à abertura econômica e à aceleração dos processos de integração regional. Mediante a abertura de mercados e o estímulo à complementaridade entre as economias nacionais, os quatro países visam obter uma inserção mais competitiva na economia internacional.

## 2 HISTÓRICO DO MERCOSUL

As relações comerciais entre Brasil e Argentina já vinham desde a década de 70. Em julho de 1986, em Buenos Aires, foi firmada a Ata para a integração argentina-brasileira que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE.

O objetivo do programa era o de proporcionar um espaço econômico comum com a abertura seletiva dos respectivos mercados e o estímulo à complementação econômica de setores específicos dos dois países (CORRÊA, 1995).

Os resultados promissores das medidas estão tomadas, levaram à celebração, em 1988, do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, pelo qual os países expressaram o desejo de constituir, no prazo máximo de 10 anos, um espaço econômico comum, por meio da liberalização integral do intercâmbio recíproco, para o que se celebraram 24 protocolos específicos, em áreas como bens de capital: trigo, produtos alimentícios, industrializados, etc (CORRÊA, 1995).

Um novo e decisivo impulso foi dado com a assinatura em 06 de julho de 1990, pelos presidente Collor e Menem, a ata de Buenos Aires, que fixou a data de 31 de dezembro de 1994 para a formação definitiva de um mercado comum entre os dois países.

Em agosto do mesmo ano, como era de se esperar, Paraguai e Uruguai aderiram ao processo em curso, o que culminou na assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, para a constituição do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, ratificado em 17 de dezembro de 1994 pelo protocolo de Ouro Preto (CORRÊA, 1995).

Em 1996, no dia 25 de junho, foi formalizada a adesão de mais dois parceiros no MERCOSUL, Chile e Bolívia, em encontro

realizado em San Luís (Argentina) que reuniu os presidentes da Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e dos dois novos signatários, onde, efetivamente, os novos membros do MERCOSUL se tornaram reconhecidos como tal.

A evolução dos acontecimentos demonstra a maturidade da idéia de integração sub-regional Latina. Por outro lado, a condução prudente do processo de integração sub-regional mostrou um modo eficaz de se conduzir a união econômica definitiva de todo o continente, iniciando-se por países próximos geográfica e historicamente, para expandir-se com a adesão de outros, na medida em que foram se consolidado os avanços programados.

## 4 ASPECTOS DO TRATADO DE ASSUNÇÃO

Neste tratado firmado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, na cidade de Assunção, em 26 de março de 1991, e em seguida aprovado pelos parlamentos nacionais. Após o depósito dos instrumentos que validavam tal ideal, o Tratado entrou formalmente em vigor no dia 29 de novembro de 1991 (FLORÊNCIO & ARAÚJO, 1996).

Existia a necessidade de se adaptar a estrutura institucional do Mercosul às mudanças ocorridas, e da implementação da união aduaneira. Sendo assim, em 17 de dezembro de 1994, os Estados-partes assinaram em Ouro Preto, Brasil, o protocolo adicional ao tratado de assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul, também denominado PROTOCOLO DE OURO PRETO, que se incorporou ao Tratado Original de Assunção, dando-lhe uma configuração definitiva.

Resumidamente, os objetivos do Tratado de Assunção são os seguintes:

- a inserção competitiva dos quatro países num mundo caracterizado pela consolidação de blocos regionais de comércio e no qual a capacitação tecnológica é cada vez mais importante para o progresso econômico e social;
- a viabilização de economias de produção, permitindo a cada um dos países-membros ganhos de produtividade;
- a ampliação dos fluxos de comércio e de investimento com o resto do mundo, bem como a promoção da abertura econômica regional, favorecendo o livre comércio;
- a melhoria das condições de vida dos habitantes da região.

Deste modo, é necessário que se entenda melhor o significado de um mercado de livre comércio. Para o Mercosul, livre comércio significa:

- a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos em países;
- o estabelecimento de tarifa alfandegária externa comum;
- a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os países participantes, em termos de comércio exterior e políticas agropecuárias, industrial, fiscal, monetária, cambial, de serviços, aduaneira (união alfandegária), de transporte e de comunicações;
- a harmonização das legislações respectivas;
- a adoção de política comercial unificada com: e/ou blocos comerciais.

De acordo com suas principais características, o Tratado de Assunção enquadrasse claramente como um tratado de integração econômica. Isto demonstra que os processos de integração nascem em redor dos temas econômicos, para que em seguida preocupar-se como outras áreas, como exemplo, a proteção dos direitos humanos, ainda que predomine a matéria econômica. O Tratado de Assunção é considerado dentro de uma classificação de tratados como um tratado misto, pois a adesão de novos membros encontra-se vinculada à manifestação favorável dos Estados-partes.

Entre os objetivos podemos mencionar a ampliação dos mercados através da integração como condição fundamental para se acelerar o desenvolvimento econômico com justiça social, adequada inserção internacional; integração da América Latina; ampliação da oferta e qualidade dos bens e serviços; e a melhoria das condições de vida dos habitantes da região.

Este tratado leva em conta, ainda, o princípio do tratamento diferenciado, pois reconhece, claramente, as diferenças econômicas em relação ao Paraguai e Uruguai.

A estratégia que se deve adotar para se alcançar o nível de "Mercado Comum" seguindo o exemplo da própria União Européia, implica seguir uma seqüência que é a seguinte:

- a) zona de livre comércio;

- b) união aduaneira;
- c) mercado comum.

Na união aduaneira, aplica-se a tarifa externa comum para os produtos das demais zonas, ou seja, de outros blocos ou países que não fazem parte do tratado.

O mercado comum reúne a livre circulação dos fatores de produção, isto é, o trabalho e o capital. Sua base é a livre circulação de mercadorias, de pessoas, de capitais e de serviços.

A comunidade econômica implica, numa harmonização das políticas fiscal e monetária nos países que a integram, ou seja, na coordenação de política macroeconômica, inclusive com a adoção de uma moeda comum.

Isto demonstra que os Estados-partes do Tratado de Assunção propõem-se a criar um território econômico comum, no qual haja a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, eliminando qualquer obstáculo entre produtos e produtores nacionais, operacionalizando uma política econômica, financeira, fiscal e social de forma coordenada e ainda estabelecendo-se uma política comercial e cambial comum em relação a terceiros países, promovendo o bem-estar econômico e social de seus povos.

## 5 LIBERAÇÃO COMERCIAL

O regime geral está baseado no acordo anterior entre o Brasil e a Argentina, estabelecendo um processo de crescimento da preferência alfandegária do tipo progressivo, linear e automático, até chegar a uma situação de "tarifa zero" em dezembro de 1994, para os países, e, em dezembro de 1995, para o Paraguai, e o Uruguai (FLORÊNCIO & ARAÚJO, 1996).

Este regime geral, todavia, admite uma lista de exceções de produtos considerados "sensíveis" pelos respectivos países. A princípio estas listas são compostas pelos produtos negociados na ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).

No que respeita às listas de exceções, a Argentina possui 394 produtos, o Brasil, 324, o Paraguai, 439 e o Uruguai 960 produtos. Os produtos incluídos nessas listas estão sendo negociados caso a caso, fora do regime geral de preferências, devendo desaparecer tais exceções ao término do prazo de transição estabelecido.

O Brasil definiu um programa progressivo de redução das tarifas de importação até 1994, e a Argentina, por sua vez, estabeleceu três níveis de proteção nominal ~0%, 11% e 22%, (respectivamente, para produtos e insumos básicos, intermediários e finais) (Folha de São Paulo, 1997).

O governo brasileiro pretendia chegar em 1994 com três níveis de proteção alfandegária (0%, 20% e 40%), respectivamente, para insumos básicos, intermediários e ou produtos acabados, sem produção local e produtos acabados com similar nacional.

A Argentina, a seu turno, pretende uma liberação absoluta do comércio exterior do país por meio da eliminação de qualquer tipo de proibição à importação, assim, como de todos os direitos específicos que ainda protegem certos produtos.

Ademais, há diferenças na situação em que ambos os países iniciaram o processo de redução das tarifas alfandegárias; enquanto para a Argentina a tarifa alfandegária média com o Brasil era de 9,6% em 1991, para o Brasil o valor era de 15%. Isto implicava maior grau de protecionismo no caso brasileiro, o qual permanece no decorrer do programa de redução da tarifa alfandegária.

- **Argentina**

- açúcar e manufaturas; indústria têxtil e confecções: Celulose e papel;
- Vidro, Metalurgia, Máquinas e ferro;
- Artigos eletrônicos, e Indústria automotiva.

- **Brasil**

- Máquinas e equipamentos, Informática;
- Artigos eletrônicos, Indústria automotiva;
- Frutas frescas e em conserva, Pescados;
- Legumes e hortaliças, Queijos;
- Indústria têxtil e Vidro.

- **Paraguai**

- Carnes e pescados, queijos, ovos e mel, Legumes e hortaliças;
- Frutas frescas e em conserva, Cereais, arroz, farinha e azeites, açúcar e suas manufaturas, vinho e cerveja;

- Indústria têxtil e confecções, couro e seus derivados, produtos metalúrgicos, papel e impressos;
- Café, chá e erva-mate, madeiras e móveis.

- **Uruguai**

- Carnes, pescados, leite e seus derivados;
- Legumes e hortaliças;
- Frutas frescas e em conserva;
- Cereais, azeites, açúcar e seus derivados;
- Vinho, cerveja e licores, madeiras e papel;
- Indústria têxtil, confecções, vidro;
- Produtos metalúrgicos, Indústria automotiva e máquinas.

## 6 MERCOSUL: VANTAGENS E DESVANTAGENS

- O Brasil conta com um grande e desenvolvido parque industrial, que supera os outros quatro países do bloco.
- O turismo, que em Santa Catarina atrai uma grande quantidade de Argentinos no período de verão, com o Mercosul cria-se uma integração maior neste setor.
- A entrada de produtos dos outros países com baixo custo que até certo ponto pode ajudar com que exista uma queda de preços já que uma competição do melhor preço e qualidade.
- As empresas de nosso estado e nossa região, como Sadia e Perdigão que poderão cada vez mais expandir seus mercados, já com o bloco de uma forma mais fácil.
- Os países do Mercosul começarão a despertar maiores interesses para investimentos estrangeiros fazendo com que a economia de cada país cresça ainda mais.
- A agricultura Argentina que possui vantagens em relação à brasileira, pois seus solos são mais férteis que os nossos.
- A língua, poderá ser entrave, já que em quatro países se falam espanhol, mas o Brasil que fala português possui a maior população.
- A moeda única, que como a língua, se não for bem discutida poderá

- tornar-se um problema para o desenvolvimento do Mercosul.
- A cultura, ameaçada por vários contrastes de país para país e possivelmente um conflito neste setor. Por vivenciar a cultura de outro país, a do nosso país pode perder sua importância.
  - A infra-estrutura, já que a Argentina e o Chile contam com boas rodovias e portos bem equipados, excelentes para o escoamento da produção.

**Tabela 1 - Intercâmbio Comercial Brasileiro com os Países do MERCOSUL - Em US\$ Milhões Fob**

Anos	Argentina			Paraguai			Uruguai			Total		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
1994	4.136	3.662	474	1.054	352	701	732	569	163	5.921	4.583	1.338
1995	4.041	5.591	-1.550	1.301	515	786	812	738	74	6.154	6.844	-690
1996	5.170	6.805	-1.635	1.325	552	772	811	944	-133	7.305	8.302	-996
1997	6.770	8.032	-1.262	1.407	518	889	870	967	-97	9.047	9.517	-470
1998	6.748	8.034	-1.286	1.249	351	898	881	1.042	-162	8.878	9.428	-549
1999	5.364	5.812	-448	744	260	484	670	647	23	6.778	6.719	59
2000	6.233	6.841	-608	832	351	480	669	602	67	7.733	7.794	-61
2001	5.002	6.206	-1.204	720	300	420	641	503	138	6.364	7.009	-646
2002	2.342	4.747	-2.405	558	383	175	410	485	-74	3.311	5.615	-2.304
Var. (%) 2002/01	-53,2	-23,5	-	-22,5	27,6	-58,2	-36,0	-3,6	-153,9	-48,0	-19,9	-

Fonte: MDIC/SECEX

Se analisarmos o ano de 2002, observaremos que, houve uma queda das importações e exportações do Brasil para os países membros do Mercosul. Se analisarmos o ano de 2002, observaremos que, houve uma queda das importações e exportações fechando o ano com déficit maior do que já visto nos anos anteriores.

**Tabela 2 - Principais Produtos Exportados - Em US\$ Mil Fob**

Discriminação	2002	Part. (%)	2001	Part. (%)
Minérios de Ferro e seus Concentrados	3.048.850	5,1	2.931.542	5,0
Soja mesmo Triturada	3.031.984	5,0	2.725.508	4,7
Aviões	2.335.461	3,9	2.839.300	4,9
Farelo e Resíduos da Extração do Óleo de Soja	2.198.860	3,6	2.065.192	3,5
Automóveis de Passageiros	2.005.172	3,3	1.951.376	3,4
Aparelhos Transmissores ou Receptores e Componentes	1.782.339	3,0	1.761.944	3,0
Óleos Brutos de Petróleo	1.691.372	2,8	720.871	1,2
Calçados, sua Partes e Componentes	1.516.433	2,5	1.684.301	2,9
Produtos Semimanufaturados de Ferro ou Aços	1.409.835	2,3	1.080.567	1,9
Motores para Veículos Automóveis e suas Partes	1.340.613	2,2	1.111.915	1,9
Carne de Frango Congelada, Fresca ou Refrig. Incl. Miudos	1.335.051	2,2	1.291.655	2,2
Café Cru em Grão	1.195.000	2,0	1.207.574	2,1
Pasta Química de Madeira	1.160.061	1,9	1.245.893	2,1

Partes e Peças para Veículos Automóveis e Tratores	1.158.809	1,9	1.171.835	2,0
Acúcar de Cana, em Bruto	1.111.343	1,8	1.400.827	2,4
Acúcar Refinado	982.293	1,6	878.232	1,5
Fumo em Folhas e Desperdícios	977.670	1,6	921.135	1,6
<i>Outros Produtos</i>	32.080.639	53,1	31.232.974	53,6
Total Geral	60.361.786	100,0	58.222.642	100,0

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 3 - Principais Produtos Importados - Em US\$ Mil Fob**

Discriminação	2002	Part. (%)	2001	Part. (%)
Petróleo em Bruto	3.303.670	7,0	3.194.152	5,7
Motores, Geradores, Transformadores, etc. Elétricos, Partes	1.686.202	3,6	1.475.411	2,7
Partes e Peças para Veículos Automóveis e Tratores	1.365.241	2,9	1.502.010	2,7
Medicamentos para Medicina Humana e Veterinária	1.352.508	2,9	1.333.254	2,4
Circuitos Integrados e Microconjuntos Eletrônicos	1.250.169	2,6	1.445.558	2,6
Óleos Combustíveis	1.084.008	2,3	1.215.892	2,2
Compostos Heterocíclicos, seu Sais e Sulfonamidas	884.407	1,9	1.036.126	1,9
Trigo em Grãos	878.172	1,9	872.074	1,6
Aparelhos Transmissores, Receptores e Componentes	873.371	1,8	1.016.745	1,8
Instrumentos e Aparelhos de Medida, de Verificação, etc.	844.762	1,8	984.829	1,8
Motores e Turbinas p/ Aviação e Suas Partes	821.060	1,7	1.085.435	2,0
Veículos Automóveis de Passageiros, Incl. os CKD	729.818	1,5	1.404.507	2,5
Motores Para Veículos Automóveis e Suas Partes	714.784	1,5	729.234	1,3
Máquinas Automáticas p/ Process.de Dados e suas Unids.	679.281	1,4	971.468	1,7
Naftas	659.400	1,4	1.328.500	2,4
Hulhas, Mesmo Em Pó,mas não Aglomeradas	632.667	1,3	566.795	1,0
Rolamentos e Engrenagens, Suas Partes e Peças	613.987	1,3	671.426	1,2
<i>Outros Produtos</i>	28.858.425	61,1	34.738.759	62,5
Total Geral	47.231.932	100,0	55.572.176	100,0

Fonte: MDIC/Secex

Analisando a tabela 2, de exportações gerais, observa-se que os minérios de ferro e seus concentrados obtiveram uma média de suas exportações durante os anos de 2001 (5,0%) e 2002 (5,1%) , mantendo-se em primeiro lugar na tabela de classificação das exportações. Como um dos últimos produtos na tabela das exportações encontra-se o açúcar refinado com 1,6% em 2002 e 1,5% em 2001.

## CONCLUSÃO

A exigência da realidade mundial foi o nascimento de blocos de países devido ao desenvolvimento social e econômico dos povos na busca por melhores condições de vida em grupo.

De acordo com suas principais características o Tratado de Assunção se enquadra claramente como um tratado de integração econômica.

Observa-se que o Mercosul não se esgota num projeto econômico, pois é concebido tendo em vista a necessidade de uma "maior justiça social" o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente e o melhoramento das inter-conexões físicas.

Em virtude de sua peculiar posição, dimensões territoriais e demográficas dos países-membros, o Mercosul é um dos mais importantes blocos econômicos do mundo atual.

O potencial de crescimento do comércio entre os países-membros do Mercosul é amplo, não apenas na área tradicional do intercâmbio de produtos, mas, inclusive, na área de serviços, tecnologia, investimentos, recursos humanos e também na de tecnologia de ponta.

Mesmo sendo baixo o desenvolvimento tecnológico dos países do Mercosul, existe amplo campo para o progresso nesse setor.

A integração é o caminho para enfrentar, unidos, os aspectos negativos e positivos da globalização. E contribuir, também, para a construção de um mundo mais equilibrado em que as relações internacionais não se realizem apenas em países isolados nas quais prevalece sempre a razão do mais forte, mas entre blocos representativos de regiões vizinhas.

Esse é o caminho da promoção de seu desenvolvimento equitativo e sustentável e de sua inserção competitiva na economia mundial.

A história não está feita; ela está sendo feita. E não somos meros espectadores dessa história, mas participantes de sua construção.

## BIBLIOGRAFIA

CHACON, Vamireh. **O Mercosul: a integração econômica da América Latina**. São Paulo: Scipione, 1996.

CORRÊA, Antônio. Mercosul - Soluções de Conflitos pelos Juizes Brasileiros. ed. Fabris. 1995.

FILGUEIRAS, Marcos Simão. Mercosul no Contexto Latino-americano. ed. Atlas. 5ª ed.. 1990.

FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima & ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. **Mercosul Hoje**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1996.

MONTORO, André Franco. **Integração da América Latina no mundo** Multipolar. Ed. Atlas. 5ªed. 1988.

PERIÓDICOS, Folha de São Paulo., 1997/98. O Globo, 1997. Aspectos Jurídicos, Faculdade de Tecnologia de Birigüi. 1998.

SERRA, José. **Alca, o Mercosul e a abertura externa brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.